

Título do capítulo	CAPÍTULO 5 A RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO MARANHÃO, TOCANTINS, PIAUÍ E BAHIA (MATOPIBA) ANTES E APÓS A SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO
Autor(es)	Cristiane Aparecida de Cerqueira Clesio Marcelino de Jesus Marcelo Inácio Ferreira Ferraz Laís Freitas dos Santos Naisy Silva Soares
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350394cap5

Título do livro	Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil
Organizadores(as)	Gesmar Rosa dos Santos Rodrigo Peixoto da Silva
Volume	1
Série	Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2022
Edição	1a
ISBN	9786556350394
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350394

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO MARANHÃO, TOCANTINS, PIAUÍ E BAHIA (MATOPIBA) ANTES E APÓS A SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Cristiane Aparecida de Cerqueira¹

Clesio Marcelino de Jesus²

Marcelo Inácio Ferreira Ferraz³

Lais Freitas dos Santos⁴

Naisy Silva Soares⁵

1 INTRODUÇÃO

Localizado no Cerrado do Brasil, o Matopiba⁶ é um território instituído pelo governo federal, por meio do Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015. Para a delimitação desse território, os principais parâmetros escolhidos por pesquisadores do Grupo de Inteligência Estratégica (Gite) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) consideraram os aspectos do quadro socioeconômico e natural, características agrárias e infraestrutura das áreas de cerrados (Miranda, 2015). O Matopiba é formado por 337 municípios de quatro estados brasileiros: 135 do Maranhão, 139 do Tocantins, 33 do Piauí e 30 da Bahia. O território é conhecido como a “última fronteira agrícola” brasileira porque apresenta destaque na produção de grãos, especificamente de soja, milho e algodão, em que grande parte é voltada para o mercado externo.

Conforme Sauer e Leite (2017), a partir de 2016 as políticas públicas no Brasil tornam-se mais alinhadas com o ideário neoliberal. Com isso, foram enfraquecidas as políticas socioeconômicas rurais e de viés socioambientais, fomentando a grilagem e a especulação de terras. Assim, o produtor empresarial

1. Professora no Departamento de Ciências Econômicas (DCEC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); e economista, mestra e doutora em economia.

2. Professor no Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); e economista, mestre e doutor em economia.

3. Professor no DCEC/UESC; e economista, mestre e doutor em estatística.

4. Geógrafa; mestra em economia regional e políticas públicas; e doutoranda em geografia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

5. Professora no DCEC/UESC; e economista, mestra e doutora em ciência florestal.

6. Acrônimo formado pelas sílabas iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

permaneceu favorecido, em detrimento dos pequenos agricultores e da agricultura familiar, resultando em outros problemas sociais até mesmo no espaço urbano.

Por isso, apesar de iniciada entre fins do século XVIII e início do século XIX, a questão agrária ainda é um debate atual, afirma Malagodi (2017). Hoje, no Brasil, ainda há grandes áreas voltadas para a monocultura e a exportação, resultado do modo de produção capitalista que, segundo Oliveira (2007), transforma as relações sociais de trabalho do pequeno agricultor e moderniza os latifúndios por meio do uso intensivo de máquinas e insumos que os tornam empresas rurais capitalistas. Por certo, o mercado capitalista, sua hegemonia e o Estado pelo capital são responsáveis por dificultar o avanço da agricultura de base familiar e camponesa (Malagodi, 2017) e o desenvolvimento rural.

Sendo assim, embora tenha havido grandes progressos na produção e exportação de grãos do Matopiba, é preciso avaliar se os benefícios têm alcançado a população de todo o território. Em vista disso, este capítulo discute, diferenciando agricultura familiar da agricultura não familiar, a relação entre produção agropecuária e estrutura fundiária, além das demais condições socioeconômicas do Matopiba, em 2000 e 2010, principalmente com a institucionalização do território, no contexto de expansão da atividade agropecuária.

Para a construção dessa discussão, vários dados secundários foram coletados de diferentes fontes, para todos os municípios do Matopiba. Do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizaram-se os censos agropecuários de 2006 e 2017, os censos demográficos de 2000 e 2010, as estimativas de população de 2015 e 2017, os dados do produto interno bruto (PIB) e do valor adicionado bruto (VAB), entre 2005 e 2017. Por fim, foram empregados os dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), entre 2005 e 2016.⁷ Todos os dados foram analisados por meio da estatística descritiva univariada, que tem como finalidade descrever características de um fenômeno ou população (Gil, 2018). Também foi utilizado o método comparativo, que, segundo Fachin (2006), envolve a investigação de fatos correspondentes explanando suas diferenciações e similaridades.

Dessa forma, além desta introdução e das considerações finais, este capítulo está organizado em mais duas seções. Inicialmente, discorre-se sobre os grupos de atividades produtivas por culturas e efetivo do rebanho, relacionando-os à distribuição do número e da área dos estabelecimentos familiares e não familiares do Matopiba. Em seguida, apresentam-se as condições econômicas, demográficas e do desenvolvimento territorial.

7. Ano mais recente dos dados IFDM.

2 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MATOPIBA

Para avaliar a produção do setor primário do Matopiba foram considerados os dados dos últimos dois censos agropecuários realizados pelo IBGE em 2006 e 2017. Todas as informações apresentadas abarcam o território como um todo, mas também diferenciam as condições da agricultura familiar e da não familiar. Considerando os grupos de atividades produtivas do Matopiba, em todos os anos a produção de lavouras temporárias e a pecuária se destacaram em relação às demais atividades; juntas, em 2006, elas estavam presentes em 87,40% do número de estabelecimentos agropecuários (e 91,79% da área produtiva); em 2017, em 90,64% dos estabelecimentos (e 97,83% da área com produção) (tabela 1).

TABELA 1
Participação do número e da área de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) do Matopiba nos grupos de atividades produtivas (2006 e 2017)
(Em %)

Grupos de atividades produtivas/estabelecimentos	2006					
	Número de estabelecimentos			Área dos estabelecimentos		
	Familiar	Não familiar	Total	Familiar	Não familiar	Total
Produção de lavouras temporárias	34,23	2,93	37,16	5,45	18,3	23,75
Horticultura e floricultura	0,90	0,13	1,03	0,14	0,34	0,48
Produção de lavouras permanentes	1,59	0,29	1,88	0,40	1,15	1,55
Produção vegetal (sementes, mudas e outras)	0,00	0,00	0,01	0,00	0,03	0,03
Pecuária e criação de outros animais	41,96	8,28	50,24	15,83	52,21	68,04
Produção florestal – florestas plantadas	1,17	0,20	1,37	0,47	2,15	2,62
Produção florestal – florestas nativas	7,60	0,50	8,10	0,64	2,33	2,97
Pesca	0,07	0,01	0,08	0,01	0,38	0,39
Aquicultura	0,08	0,06	0,14	0,03	0,14	0,17
Total	87,60	12,4	100,00	22,97	77,03	100,00
	2017					
Produção de lavouras temporárias	30,6	5,56	36,16	3,53	26,59	30,12
Horticultura e floricultura	0,96	0,17	1,13	0,03	0,03	0,06
Produção de lavouras permanentes	1,50	0,35	1,85	0,09	0,25	0,34
Produção vegetal (sementes, mudas e outras)	0,02	0,01	0,03	0,00	0,18	0,18
Pecuária e criação de outros animais	41,75	12,73	54,48	17,44	50,27	67,71
Produção florestal – florestas plantadas	0,25	0,15	0,40	0,02	0,47	0,49
Produção florestal – florestas nativas	4,66	0,62	5,28	0,43	0,54	0,97
Pesca	0,09	0,02	0,11	0,00	0,00	0,00
Aquicultura	0,17	0,39	0,56	0,01	0,12	0,14
Total	80,00	20,00	100,00	21,55	78,45	100,00

Fonte: IBGE (2012; 2019).
Elaboração dos autores.

Quando se avalia o número de estabelecimentos agropecuários do Matopiba, em 2006, a pecuária e a criação de outros animais (50,24%) e a lavoura temporária (37,16%) eram as atividades mais presentes, especialmente nas propriedades familiares (41,96% e 34,23%, respectivamente). Quando se estima a área ocupada nos estabelecimentos do território, permanece a importância do efetivo do rebanho (68,04%) e das lavouras temporárias (23,75%), todavia ocupando grandes áreas das propriedades não familiares (52,21% e 18,3%, respectivamente). Em 2017, a situação é bem semelhante à de 2006, embora tenha sido ampliada a participação do número de estabelecimentos com a pecuária (54,48%) e a área dos estabelecimentos com lavoura temporária (30,12%), especialmente das propriedades não familiares (tabela 1).

Excluídas a produção de lavouras temporárias e a pecuária/criação de outros animais, no Matopiba, em 2006, as demais atividades do setor primário estavam presentes em somente 12,6% do número de estabelecimentos agropecuários e 8,21% da área produzida; em 2017, em 9,36% dos estabelecimentos e 2,18% da área com produção. Ou seja, comparando 2006 e 2017, para além das lavouras temporárias e da pecuária, as outras atividades apresentavam reduzida participação no território. Em 2006, a produção florestal (florestas nativas e florestas plantadas) estava presente em diminuto percentual de estabelecimentos (9,47%); se considerar a área ocupada com florestas, o percentual era ainda menor (5,59%); em 2017, esses números são ainda mais reduzidos – 5,68% (dos estabelecimentos) e 1,46% (da área). Os demais grupos de atividades produtivas, tais como produção de lavouras permanentes, horticultura e fruticultura, produção vegetal, pesca e aquicultura, estavam em ténue percentual do número e da área dos estabelecimentos nos dois anos considerados (tabela 1).

O valor da produção⁸ por grupo de atividades produtivas do Matopiba traz informações esclarecedoras da diferença existente entre os produtores familiares e não familiares. Do total do valor da produção do setor primário gerado no território, em 2006, 74,24% pertenciam à agricultura não familiar, enquanto 25,76% do total foi gerado pela agricultura familiar. O valor produzido pelos agricultores não familiares é centrado principalmente nas lavouras temporárias (52,77%), seguidas pela criação de animais (15,80%); enquanto os produtores familiares também

8. O valor de produção não é provavelmente a melhor variável a se observar, dado ser função dos preços vigentes nos períodos de coleta de dados dos respectivos censos agropecuários, além das respectivas quantidades. Como alternativa, a variável volume produzido apresentaria com mais propriedade a evolução da capacidade produtiva, tanto para os produtores familiares quanto para os não familiares. Todavia, como este capítulo objetivou discutir todos os grupos de atividades produtivas, conforme tabelas 1 e 2, a variável volume produzido traria dados com diferentes unidades de medidas, a exemplo das lavouras, que são medidas em quilos/toneladas ou unidades/frutos, e da pecuária, cujo volume produzido é medido em cabeças. As diferentes unidades de medidas dificultariam a comparação e a avaliação sobre a importância dos diversos grupos de atividades produtivas; por isso, decidiu-se trabalhar com a variável valor da produção.

alcançaram maior valor da produção nas lavouras temporárias (13,02%) e pecuária (7,72%), todavia com participações bastante inferiores (tabela 2).

Em 2017, amplia-se a concentração do valor total da produção do Matopiba nas mãos dos produtores não familiares (88,15%), quando os produtores familiares foram responsáveis por apenas 11,85% do valor gerado. Neste último ano, as lavouras temporárias dos estabelecimentos não familiares registraram 67,88% do total do valor produzido; conseqüentemente, os estabelecimentos familiares reduziram ainda mais o percentual do valor gerado pelas lavouras temporárias (2,60%). Houve aumento nas participações do valor produzido pela pecuária nas propriedades familiares e não familiares (tabela 2).

TABELA 2

Participação do valor da produção de cada grupo de atividade produtiva dos estabelecimentos agropecuários do Matopiba, classificados como familiares e não familiares (2006 e 2017)
(Em %)

Atividades econômicas	2006		2017	
	Familiar	Não familiar	Familiar	Não familiar
Produção de lavouras temporárias	13,02	52,77	2,60	67,88
Horticultura e floricultura	0,50	0,15	0,26	0,09
Produção de lavouras permanentes	2,32	3,70	0,46	1,73
Produção de sementes e mudas certificadas	0,01	0,29	0,00	0,77
Pecuária e criação de outros animais	7,72	15,80	7,92	16,78
Produção florestal – florestas plantadas	0,43	0,57	0,05	0,32
Produção florestal – florestas nativas	1,67	0,34	0,49	0,05
Pesca	0,01	0,00	0,01	0,00
Aquicultura	0,08	0,63	0,06	0,52
Total	25,76	74,24	11,85	88,15

Fonte: IBGE (2012; 2019).
Elaboração dos autores.

Comparando-se 2006 com 2017, todavia, outras atividades produtivas diminuíram suas contribuições no valor da produção, com destaque para as lavouras permanentes e para a produção florestal nativa. No período, reduziu-se o valor da produção das lavouras permanentes, tanto nos estabelecimentos familiares (de 2,32% para 0,46%) como nos não familiares (de 3,70% para 1,73%). Também diminuiu o valor da produção florestal, especificamente de florestas nativas, da agricultura familiar (de 1,67% para 0,49%) e da não familiar (de 0,34% para 0,05%) (tabela 2).

Dada a importância das lavouras temporárias e da pecuária em termos do número e da área dos estabelecimentos, cabe salientar quais as culturas e o tipo de rebanho geram maior valor no Matopiba. Considerando as culturas com participação maior que 1% do valor da produção da lavoura temporária do território, em 2006, a soja em grão (51,44%) se sobressaiu, seguida por arroz em casca (15,81%), milho em grão (13,14%) e algodão herbáceo (7,62%). De tal modo, em 2006, somente as quatro culturas contribuíram com 88,01% do valor total da produção. Em 2017, a soja em grão foi responsável por mais de dois terços do valor da produção das lavouras temporárias (68,36%), seguida do milho (15,91%), o que resultou em ampliação de participação, enquanto o arroz (3,56%) e o algodão (2,94%) perderam participações em relação a 2006 no valor total produzido. Assim, em 2017, novamente apenas quatro culturas – soja, milho, arroz e algodão – contribuíram com 90,77% do valor total da produção (tabela 3).

TABELA 3

Culturas da lavoura temporária com participação maior que 1% no valor total da produção da lavoura temporária do Matopiba

Culturas da lavoura temporária	2006		Culturas da lavoura temporária	2017	
	Valor da produção			Valor da produção	
	%	Acumulado (%)		%	Acumulado (%)
Soja em grão	51,44	51,44	Soja em grão	68,36	68,36
Arroz em casca	15,81	67,25	Milho em grão	15,91	84,27
Milho em grão	13,14	80,39	Arroz em casca	3,56	87,83
Algodão herbáceo	7,62	88,01	Algodão herbáceo	2,94	90,77
Mandioca	3,96	91,77	Cana-de-açúcar	2,89	93,66
Feijão-fradinho em grão	1,88	93,85	Mandioca	1,69	95,35
Feijão de cor em grão	1,44	95,29	Feijão-fradinho em grão	1,03	96,38
Feijão-verde	1,18	96,47	Demais culturas	3,62	100,00
Demais culturas	3,53	100,00			

Fonte: IBGE (2012; 2019).
Elaboração dos autores.

É fundamental, porém, diferenciar por tipo de produtor⁹ do Matopiba as culturas com participação maior que 1% do valor da produção da lavoura temporária. Nos estabelecimentos não familiares em 2006, prevaleceram a soja em grão (68,67%), o algodão (10,27%) e o milho (10,30%). Ou seja, nesse ano apenas essas três culturas foram responsáveis por 89,24% do valor total da produção não

9. Durante a coleta de dados do valor da produção (a R\$ 1 mil) das culturas das lavouras temporárias por tipo de produtor (familiar e não familiar) de 2017, em alguns municípios do Matopiba os valores não foram informados, sendo substituídos por X; nesses casos, o IBGE justifica “valor inibido para não identificar o informante”. Para evitar a existência de muitos valores inibidos, foram levantadas as informações a partir das respectivas microrregiões de cada porção do estado que compõem o Matopiba.

familiar; se adicionar o valor gerado pelo arroz, a participação foi de 94,94%; enquanto as demais culturas geraram apenas 5,06% (tabela 4).

TABELA 4

Culturas da lavoura temporária dos estabelecimentos não familiares do Matopiba com participação maior que 1% no valor total da produção de lavouras temporárias da agricultura não familiar

Culturas da lavoura temporária	2006		Culturas da lavoura temporária	2017	
	Valor da produção			Valor da produção	
	%	Acumulado (%)		%	Acumulado (%)
Soja em grão	68,67	68,67	Soja em grão	71,17	71,17
Algodão herbáceo	10,27	78,94	Milho em grão	15,90	87,07
Milho em grão	10,30	89,24	Algodão herbáceo	3,08	90,15
Arroz em casca	5,70	94,94	Arroz em casca	3,03	93,18
Demais culturas	5,06	100,00	Cana-de-açúcar	2,74	95,92
			Demais culturas	4,08	100,00

Fonte: IBGE (2012; 2019).
Elaboração dos autores.

Em 2017, aumentou a concentração das participações no valor da produção da lavoura temporária da agricultura não familiar do Matopiba. A cultura da soja em grão (71,17%) manteve sua predominância, o milho (15,90%) aumentou sua contribuição e o algodão (3,08%) perdeu posição, alcançando o terceiro lugar. Como resultado, três culturas – soja em grão, milho e algodão – permaneceram com elevada participação no valor produtivo (90,15%); se adicionar o valor originado por arroz e cana-de-açúcar, a contribuição chega a 95,92%; as demais culturas contribuíram com 4,08% (tabela 4).

No caso dos agricultores familiares, nos anos pesquisados, apesar da preponderância de mandioca, arroz e milho, houve maior diversidade de culturas com participação maior que 1% do valor da produção da lavoura temporária do Matopiba. Em 2006, o arroz em casca (44,78%), o milho (21,28%) e a mandioca (13,24%) eram as culturas que geraram maiores percentuais, produzindo no agregado 79,30% do valor total. Contudo, os produtores familiares também alcançaram significativo percentual do valor da produção (20,70%) com o cultivo do feijão (fradinho, de cor e verde), soja e sorgo em grão, além de outros produtos nas demais culturas temporárias (tabela 5).

TABELA 5

Culturas da lavoura temporária dos estabelecimentos familiares do Matopiba com participação maior que 1% no valor total da produção de lavouras temporárias da agricultura familiar

Culturas da lavoura temporária	2006		Culturas da lavoura temporária	2017	
	Valor da produção			Valor da produção	
	%	Acumulado (%)		%	Acumulado (%)
Arroz em casca	44,78	44,78	Mandioca	33,13	33,13
Milho em grão	21,28	66,06	Milho em grão	16,02	49,15
Mandioca	13,24	79,30	Arroz em casca	14,98	64,13
Feijão-fradinho em grão	5,62	84,92	Soja em grão	8,29	72,42
Feijão de cor em grão	4,00	88,92	Cana-de-açúcar	6,17	78,59
Feijão-verde	3,91	92,83	Abacaxi	5,29	83,88
Soja em grão	2,02	94,85	Melancia	4,22	88,10
Sorgo em grão	1,34	96,19	Feijão-fradinho em grão	4,08	92,18
Demais culturas	3,81	100,00	Abóbora	2,56	94,74
			Feijão-verde	1,23	95,97
			Demais culturas	4,03	100,00

Fonte: IBGE (2012; 2019).
Elaboração dos autores.

Em 2017, registraram-se novas culturas temporárias com participação maior que 1% e importantes transformações nas participações do valor da produção dos estabelecimentos familiares do Matopiba, porque a mandioca (33,13%) passou a ser a cultura com maior percentual, seguida do milho em grão (16,02%) e do arroz em casca (14,98%); juntas, essas culturas passaram a representar 64,13%, registrando queda de participação em relação a 2006. Merece destaque o crescimento da participação da soja em grão (8,29%), indicando que a agricultura familiar vem ampliando sua participação no cultivo do grão. Também amplia a participação dos cultivos de cana-de-açúcar, abacaxi, melancia e abóbora, que juntos geraram importante valor produtivo (23,55%) (tabela 5).

Assim, é preciso salientar que, em 2006 e 2017, a agricultura familiar foi a fonte de maior diversificação produtiva no Matopiba, com destaque para o segundo ano, uma vez que – além da importância do valor gerado por mandioca, milho e arroz – soja, cana-de-açúcar, abacaxi, melancia, feijão e abóbora foram culturas presentes que promoveram importantes volumes de recursos financeiros nessas propriedades. Ainda deve-se salientar a expansão da participação de demais culturas (4,03%) com quase duas dezenas de produtos diferentes, reforçando o caráter da diversificação produtiva da agricultura familiar (tabela 5).

Observando as subclasses da pecuária e a criação de outros animais com participação maior que 1% no valor total da produção animal, verifica-se que não havia grandes diferenças entre os estabelecimentos não familiares e familiares do Matopiba, tanto em 2006 como em 2017. Do total do valor da produção pecuária dos proprietários não familiares, em 2006, 92,85% foram originados de animais de grande porte e, em 2017, 90%. Do total do valor da produção pecuária dos proprietários familiares, em 2006, 79,95% foram gerados de animais de grande porte e, em 2017, 89,07%. Cabe salientar que o percentual do valor da produção dos animais de grande porte é praticamente o mesmo entre agricultores familiares e não familiares, segundo o censo agropecuário de 2017, notabilizando-se crescimento de 9 pontos percentuais (p.p.) no caso dos agricultores familiares entre os dois censos. Sendo assim, as aves e principalmente os animais de médio porte não foram capazes de contribuir significativamente no valor da produção pecuária dos estabelecimentos familiares e não familiares do Matopiba nos anos pesquisados (tabela 6).

TABELA 6
Subclasses da pecuária e criação de outros animais dos estabelecimentos do Matopiba com participação maior que 1% no valor da produção pecuária (Em %)

Tipo de pecuária	2006		2017	
	Familiar	Não familiar	Familiar	Não familiar
Animal – grande porte	79,95	92,85	89,07	90,00
Animal – médio porte	5,76	1,73	3,1	0,74
Animal – aves	14,29	5,42	7,83	9,26

Fonte: IBGE (2012; 2019).
 Elaboração dos autores.

O tipo de atividade produtiva tem relação estreita com as características da estrutura fundiária de um território. No caso do Matopiba, é preciso esclarecer qual a relação entre a predominância das lavouras temporárias e da pecuária, especificamente da produção de soja em grão, milho, algodão e da criação de animais de grande porte, e a estrutura fundiária local. Em 2006, o referido território possuía 280.187 estabelecimentos agropecuários; destes, a grande maioria era de familiares – 239.668 (85,54%) – e a minoria de não familiares – 40.519 (14,46%). A área média dos estabelecimentos era de 117,64 ha; contudo, a área média das propriedades familiares era bastante reduzida (32,27 ha), quando comparada à área média das propriedades não familiares (622,05 ha) (tabela 7).

Após a institucionalização do Matopiba, verificam-se transformações na sua estrutura fundiária. Em 2017, reduz-se o número de estabelecimentos em seu total (275.381) e daqueles pertencentes à agricultura familiar (220.385); no entanto, aumentou a quantidade dos estabelecimentos agropecuários não familiares (54.996).

Neste último ano, a participação das propriedades familiares diminuiu e passa a representar 80,03%, enquanto a participação das propriedades não familiares aumentou e passa a representar 19,97% do total. Esses resultados indicam que a agricultura familiar perdeu participação no território e houve ampliação da concentração de terras. A área média dos produtores familiares praticamente se mantém (32,47 ha) e a dos produtores não familiares continua muito superior (525,74 ha), embora com pequena redução (tabela 7).

TABELA 7

Número, participação e área média dos estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) do Matopiba (2006 e 2017)

Estabelecimentos agropecuários	2006			2017		
	Familiar	Não familiar	Total	Familiar	Não familiar	Total
Número	239.668	40.519	280.187	220.385	54.996	275.381
Participação (%)	85,54	14,46	100,00	80,03	19,97	100,00
Área média (ha)	32,27	622,05	117,64	32,47	525,74	114,31

Fonte: IBGE (2012; 2019).
Elaboração dos autores.

As classes de área permitem avaliar com mais detalhes a concentração elevada da estrutura fundiária do Matopiba em todos os anos pesquisados. Considerando todos os estabelecimentos, em 2006, 84% possuíam até 100 ha (destes, 27,53% registravam até 2 ha e 32,87% entre 20 ha e 100 ha). Entretanto, os estabelecimentos com até 100 ha ocupavam somente 14,10% da área total, enquanto 53,12% da área total pertencia aos 2,07% dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha. Cabe também salientar que 13,93% dos estabelecimentos possuíam área entre 100 ha e 1.000 ha, mas ocupavam quase um terço da área total (32,78%) (tabela 8).

Em 2017, no Matopiba, praticamente foi mantido o percentual dos que possuíam até 100 ha (84,48%) – mas, dentro dessa categoria, houve redução dos que registravam até 2 ha (23,36%) e aumento das propriedades com 20 ha a 100 ha (35,99%). Da mesma forma, por um lado, os 84,48% dos estabelecimentos com até 100 ha ocupavam apenas 15,64% da área; por outro, 2,16% dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha ocupavam 52,42% da área. Novamente, destaca-se que 13,37% das propriedades entre 100 ha e 1.000 ha possuíam 31,95% da área (tabela 8). Assim, tanto em 2006 como em 2017, a elevada quantidade de pequenos estabelecimentos (com até 100 ha) ocupava reduzida parte da área. Contudo, o pequeno número dos grandes estabelecimentos ocupava mais da metade da área total, fato identificado mesmo após a institucionalização do território.

Observando-se as classes de áreas, por tipo de propriedades, se familiar ou não familiar, outras informações importantes são verificadas para o Matopiba.

Em 2006, os estabelecimentos familiares eram 239.668 (85,54%), os quais ocupavam somente 23,48% da área. A grande maioria das propriedades familiares (77,82%) possuía até 100 ha (dos quais 29,73% estavam na classe de 20 ha a 100 ha) ocupando apenas 12,74% da área total. Em 2017, reduz-se o percentual do número de estabelecimentos familiares (79,26%), havendo pequeno aumento do percentual da área ocupada (26,69%). Nesse ano, houve aumento de propriedades com até 100 ha (94,6%) – praticamente ocupando a mesma área (12,90%) –, sendo que 40,3% das propriedades registravam entre 20 ha e 100 ha (tabela 8). Dessa forma, mesmo após a institucionalização, a realidade do território é de grande predominância do número de estabelecimentos familiares, que são pequenos produtores, possuidores de reduzido percentual da área total.

Em 2006, os estabelecimentos não familiares do Matopiba eram 40.519 (14,46%), os quais ocupavam 76,52% da área – destacando que mais da metade da área (53,12%) estava na posse de apenas 2,06% das propriedades; parte importante da área (22,07%) pertencia a somente 6,22% de estabelecimentos com extensão entre 100 ha e 1.000 ha. Em 2017, aumentou o percentual de estabelecimentos da agricultura não familiar (19,97%), ocupando 73,31% da área – salienta-se que mais da metade da área (50,98%) era de posse de tão somente 2,15% dos imóveis; porção significativa da área (20,12%) pertencia unicamente a 5,95% de estabelecimentos que mediam entre 100 ha e 1.000 ha (tabela 8). Assim sendo, é importante salientar que no Matopiba houve um movimento de retração dos estabelecimentos familiares em quase todas as faixas e de expansão dos estabelecimentos não familiares em todas as faixas; em destaque, ocorreu a ampliação daqueles acima de 1.000 ha.

Em suma, o Matopiba se caracteriza pela produção de lavouras temporárias e pela criação de animais em 2006 e 2017. Nos estabelecimentos não familiares a produção esteve concentrada nas culturas de soja, milho e algodão, e na pecuária de grande porte, presentes em reduzido número de grandes propriedades, que são possuidoras de ampla área total. Nos estabelecimentos familiares há diversificação produtiva, visto que são cultivados arroz, milho, mandioca, feijão (fradinho, de cor, verde), cana-de-açúcar, soja, melancia, abóbora, abacaxi, além da pecuária de grande porte, em elevado número de pequenas propriedades, possuidoras de reduzida área total.

TABELA 8
Classes de área, em número e área, dos estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) do Matopiba (2006 e 2017)

Classes ¹	2006				2017			
	Número de estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Número de estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
0 ≤ ha < 2	77.140	58.312	27,53	0,18	64.331	50.527	23,36	0,16
2 ≤ ha < 10	40.204	188.027	14,35	0,57	42.021	193.740	15,26	0,61
10 ≤ ha < 20	25.907	365.328	9,25	1,11	27.168	377.759	9,87	1,20
20 ≤ ha < 100	92.105	4.035.701	32,87	12,24	99.114	4.316.035	35,99	13,67
ha < 100	235.356	4.647.368	84,00	14,10	232.634	4.938.061	84,48	15,64
100 ≤ ha < 1.000	39.035	10.804.141	13,93	32,78	36.806	10.087.587	13,37	31,95
ha ≥ 1.000	5.796	17.508.583	2,07	53,12	5.941	16.551.567	2,16	52,42
Total	280.187	32.960.092	100,00	100,00	275.381	31.577.215	100,00	100,00
	Agricultura familiar							
0 ≤ ha < 2	73.632	55.376	26,28	0,17	56.774	42.082	26,86	0,13
2 ≤ ha < 10	37.228	173.471	13,29	0,53	34.974	139.025	16,55	0,44
10 ≤ ha < 20	23.865	330.884	8,52	1,00	23.022	294.472	10,89	0,94
20 ≤ ha < 100	83.313	3.636.011	29,73	11,04	85.193	3.579.747	40,30	11,39
ha < 100	218.038	4.195.742	77,82	12,74	199.963	4.055.326	94,60	12,90
100 ≤ ha < 1.000	21.609	3.535.517	7,71	10,73	20.415	3.101.565	9,66	9,87
ha ≥ 1.000	21	3.000	0,01	0,01	7	0	0,00	0,00
Total	239.668	7.734.259	85,54	23,48	220.385	8.390.242	79,26	26,69

(Continua)

(Continuação)	2006				2017			
	Número de estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Número de estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
	Agricultura não familiar							
0 ≤ ha < 2	3.508	2.742	1,25	0,01	7.557	5.460	2,74	0,02
2 ≤ ha < 10	2.976	12.405	1,06	0,04	7.047	30.503	2,56	0,10
10 ≤ ha < 20	2.042	27.218	0,73	0,08	4.146	55.601	1,51	0,18
20 ≤ ha < 100	8.792	396.201	3,14	1,20	13.921	601.281	5,06	1,91
ha < 100	17.318	438.566	6,18	1,33	32.671	692.845	11,86	2,20
100 ≤ ha < 1.000	17.426	7.269.878	6,22	22,07	16.391	6.325.599	5,95	20,12
ha ≥ 1.000	5.775	17.496.277	2,06	53,12	5.934	16.026.167	2,15	50,98
Total	40.519	25.204.721	14,46	76,52	54.996	23.044.611	19,97	73,31

Fonte: IBGE (2012; 2019).

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Classes de área adaptadas de Girardi (2008).

3 CONDIÇÕES ECONÔMICAS, DEMOGRÁFICAS E DO DESENVOLVIMENTO DO MATOPIBA¹⁰

As características produtivas da atividade agropecuária e da estrutura fundiária, discutidas anteriormente, refletem nas condições econômicas, demográficas e do desenvolvimento do Matopiba. Em outras palavras, a predominância das lavouras temporárias, especialmente de soja, milho e algodão, e a criação de animais de grande porte nas propriedades não familiares, que estão em expansão e apresentam número relativamente reduzido de estabelecimentos, mas extensas áreas de terras, em uma estrutura fundiária com elevada concentração, trazem consequências que podem ser verificadas nos indicadores socioeconômicos e demográficos do referido território.

Nesse sentido, torna-se importante compreender os resultados da institucionalização do Matopiba, ocorrida em 2015. Assim, nesta seção, o PIB, o PIB *per capita*, o VAB total e por setor de atividade econômica serão avaliados para 2005, 2010, 2015 e 2017, cujos valores a preços correntes (R\$ 1 mil) do ano de referência 2010 foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a preços de dezembro de 2017. Também é preciso descrever o comportamento da população (total, urbana, rural, média e a densidade demográfica) e os níveis de desenvolvimento territorial.

Além de saber o desempenho de cada um daqueles indicadores nos anos anteriores e posteriores à institucionalização, é necessário verificar se ele se deu de forma homogênea ou não no território. Por isso que as informações dos 337 municípios do Matopiba foram avaliadas por meio de estatísticas descritivas compostas por distribuição de frequência, média, máximo, mínimo e coeficiente de variação (CV). Essas medidas foram utilizadas para aferir a existência ou não de homogeneidade no território. Nesse sentido, consideraram-se homogêneos os municípios pertencentes ao território com CV abaixo de 30% e heterogêneos aqueles com CV maior que 30% (Fávero *et al.*, 2009).

Durante as estimativas das estatísticas descritivas foram consideradas as informações de municípios que são capitais das Unidades da Federação (UFs) e de outros grandes centros predominantemente urbanos que fazem parte do Matopiba. Por certo, esses municípios apresentam menor densidade agrícola que os demais municípios de interior das porções dos quatro estados analisados. No caso de capital político-administrativa de UF, o município concentra receita advinda de impostos coletados em todos os municípios da respectiva UF; assim, seu PIB e sua renda média são mais elevados sem a contraparte produtiva correspondente. Outra observação é que alguns municípios podem ser muito maiores que os demais

10. As informações acerca dos municípios citados nesta seção foram retiradas da base de dados Cidades do IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 1^a jul. 2021.

em termos de dimensão geográfica e demográfica, e por isso registrarem valores elevados de certas variáveis. Palmas e Imperatriz são exemplos de municípios com essas características. Dessa forma, provavelmente a heterogeneidade apontada pode estar relacionada não somente à interferência e ao padrão da expansão agrícola, mas também a um caráter da estrutura econômica geral dos municípios englobados no território.

Entre 2005 e 2017 o PIB do Matopiba foi duplicado, saltando de R\$ 50.691.452.000 para R\$ 102.370.595.000; em média municipal, o PIB também dobrou, de R\$ 150.420.000 para R\$ 303.770.000. Todavia, em uma análise mais detalhada, é possível afirmar que há grandes discrepâncias do PIB entre os municípios do território, uma vez que em todos os anos pesquisados é enorme a diferença entre o município com o menor PIB e o município com o maior PIB, em que o CV do PIB ficou acima de 250%. Por exemplo, em 2005, Chapada de Areia (Tocantins) alcançou PIB de R\$ 10.871.000, enquanto Palmas (Tocantins) registrou R\$ 3.338.841.000. Em 2017, São Félix do Tocantins (Tocantins) obteve PIB de R\$ 18.482.000 e Palmas, R\$ 8.503.593.000 (tabela 9 e apêndice A).

TABELA 9
PIB, PIB *per capita* e VAB total e por setor de atividade do Matopiba (2005, 2010, 2015 e 2017)

Indicadores econômicos/ano	2005	2010	2015	2017
PIB (R\$ 1 mil)	50.691.452	72.164.727	97.375.821	102.370.595
PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)	9.934	12.227	15.509	16.062
VAB total (R\$ 1 mil)	46.514.046	66.307.695	89.644.961	93.486.125
VAB agropecuário (R\$ 1 mil)	11.433.126	12.282.751	17.957.639	17.745.479
VAB industrial (R\$ 1 mil)	6.355.332	10.213.830	13.494.523	13.649.698
VAB serviços privados (R\$ 1 mil)	17.554.921	25.357.068	34.860.586	37.256.397
VAB serviços públicos (R\$ 1 mil)	11.170.676	18.454.079	23.332.252	24.834.534

Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em: 1º jul. 2021.

Obs.: Valores a preços correntes (R\$ 1 mil) do ano de referência 2010, corrigidos pelo IPCA a preços de dezembro de 2017.

Em 2010, o município Chapada de Areia possuía 658,564 km², população de 1.335 pessoas e densidade demográfica de 2,03 habitantes por quilômetro quadrado; um município com área territorial e população reduzidas, e por isso de perfil rural, com recursos escassos e isolado. São Félix do Tocantins possuía 1.913.110 km², população de 1.437 residentes e densidade demográfica de 0,75 habitante por quilômetro quadrado; um município com grande área territorial, mas população diminuta, e por essa razão de perfil rural; pertence ao Polo Ecoturístico do Jalapão porque se destaca pelas áreas de lazer, como praias, rios, fervedouros etc.

Por sua vez, ainda em 2010, Palmas possuía 2.227.329 km², população de 228.332 habitantes e densidade demográfica de 102,9 habitantes por quilômetro quadrado; um município com área territorial e população elevadas, que, pela sua localização como polo de irradiação do crescimento econômico, foi planejado para ser a capital do estado de Tocantins, e por isso de perfil urbano. Sendo assim, o PIB elevado deve-se à estrutura econômica de Palmas como capital político-administrativa de UF.

Em 2017, à exceção de Palmas, Imperatriz, no Maranhão (R\$ 6.609.422.000), e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia (R\$ 4.799.497.000), apresentaram os maiores PIBs do Matopiba. Em 2010, Imperatriz possuía 1.369.039 km², população de 247.505 pessoas e densidade demográfica de 180,79 habitantes por quilômetro quadrado; embora não seja capital, caracteriza-se por ser um município com área territorial e população relativamente elevadas, e por isso de perfil urbano. Após a construção da rodovia Belém-Brasília, a partir de 1960 experimentou crescimento econômico tal que na década seguinte foi considerado o município mais progressista do Brasil. É um grande entroncamento comercial e o segundo maior centro econômico, populacional e político do Maranhão.

Em 2010, o município de Luís Eduardo Magalhães possuía 4.036.094 km², 60.105 habitantes e densidade demográfica de 15,25 habitantes por quilômetro quadrado; um município com ampla área territorial, mas população relativamente diminuta, e em razão disso de perfil rural; destaca-se pela utilização de máquinas e tecnologias avançadas na agricultura, que tem promovido o crescimento industrial e dos serviços.

Entre 2005 e 2017, o PIB *per capita* do Matopiba passou de R\$ 9.934,00 para R\$ 16.062,00; considerando os 337 municípios do território, em média o PIB *per capita* aumentou de R\$ 8.648 para R\$ 15.128. Da mesma forma que o PIB, o PIB *per capita* apresentou elevada heterogeneidade entre os municípios, comprovada pelo CV entre 79% e 105%. Em 2005, em um extremo havia o PIB *per capita* de Santana do Maranhão (Maranhão) – R\$ 2.462 – e em outro extremo o PIB *per capita* de São Desidério (Bahia) – R\$ 122.615. Em 2017, Santana do Maranhão permaneceu com menor PIB *per capita* (R\$ 4.338), mas Tasso Fragoso (Maranhão) apresentou o maior PIB *per capita* (R\$ 116.415) (tabela 9 e apêndice A).

Em 2010, Santana do Maranhão registrava 932,030 km², população de 11.661 pessoas e densidade demográfica de 12,51 habitantes por quilômetro quadrado; um pequeno município de perfil rural pelas características geográficas, demográficas e econômicas – em que as principais fontes de receitas são advindas da pecuária, do extrativismo vegetal, da lavoura permanente e temporária, das transferências governamentais e do trabalho informal (Brasil, 2011).

São Desidério, um município muito grande, com área de 15.156,712 km², em 2010 apresentava população de 27.659 moradores, e uma densidade demográfica de apenas 1,82 habitante por quilômetro quadrado. O perfil rural de São Desidério vai além das suas características populacionais, pois há ampla disponibilidade de terras aliada a boas condições topográficas para a mecanização, o clima é favorável e há abundância de água, condições que possibilitam safras responsáveis por elevados valores da produção agrícola que se destaca entre os municípios brasileiros. Em 2010, Tasso Fragoso, com 4.369,159 km², 7.796 habitantes e densidade demográfica de 1,78 habitante por quilômetro quadrado, pôde ser considerado um grande município rural, que tem a agropecuária como uma das principais atividades econômicas, além dos transportes.

Assim como o PIB, o VAB total do Matopiba foi se ampliando ao longo dos anos, passando de R\$ 46.514.046.000 (em 2005) para R\$ 93.486.125.000 (em 2017); em média, aumentou de R\$ 138.024.000 para R\$ 277.407.000. Porém, o CV do VAB total, em torno de 250%, indicou forte discrepância entre os municípios. Em 2005, Chapada de Areia registrou o menor VAB total (R\$ 10.479.000) e Palmas, o maior VAB total (R\$ 2.867.752.000). Em 2017, São Félix do Tocantins alcançou VAB total de R\$ 18.045.000, contudo, em Palmas o VAB total foi muito superior – R\$ 7.399.721.000 (tabela 9 e apêndice A). Como esperado, pela paridade com a metodologia da estimativa do PIB, os mesmos municípios se destacam como responsáveis pelos valores mínimos e máximos do VAB total; e as justificativas são iguais.

O VAB agropecuário do Matopiba cresceu entre 2005 e 2010, de R\$ 11.433.126.000 para R\$ 12.282.751.000; em 2015 ocorreu seu maior valor (R\$ 17.957.639.000), que sofreu pequena redução em 2017 (R\$ 17.745.479.000). Em média municipal, em 2005 e 2010 o VAB agropecuário ficou em torno de R\$ 30.000.000; em 2015 e 2017 alcançou cerca de R\$ 50.000.000. O CV do VAB agropecuário, acima de 225% (porém, inferior ao CV do VAB total), indica a heterogeneidade do valor acumulado do setor primário entre os municípios do território. Em 2005, por exemplo, Rio da Conceição (Tocantins) registrou VAB agropecuário de apenas R\$ 436.000, mas São Desidério gerou R\$ 1.747.961.000. Em 2017, novamente Rio da Conceição obteve VAB agropecuário de R\$ 559.000, todavia, em São Desidério foi de R\$ 1.502.251.000 (tabela 9 e apêndice A).

Em 2010, Rio da Conceição possuía 845.823 km², residindo 1.714 pessoas, e uma densidade demográfica de 2,18 habitantes por quilômetro quadrado; assim, um município de perfil rural, que é considerado “O Portal do Jalapão” por ser cercado de cachoeiras e rios em áreas de reserva, o que reduz a produção agropecuária. Como já detalhado, São Desidério, embora também seja um município de perfil rural, tem características geográficas, demográficas e econômicas

diferentes, porque é extenso, mais populoso e cuja economia depende de atividades agrícolas, assim como outros municípios circunvizinhos.

O VAB industrial do Matopiba foi ampliado entre 2005 e 2017, de R\$ 6.355.332.000 para R\$ 13.649.698.000; na média, o VAB industrial aumentou de R\$ 18.859.000 para cerca de R\$ 40.000.000. O CV do VAB desse setor é bastante elevado em todos os anos, sempre acima de 355% (bastante superior ao CV do VAB agropecuário), porque o valor gerado pelas manufaturas difere muito quando comparado aos municípios do território. Em 2005, Barreiras do Piauí (Piauí) apresentou VAB industrial de apenas R\$ 167.000, contudo, Palmas registrou VAB desse setor muito superior (R\$ 635.618.000); em 2017, Rio da Conceição registrou VAB industrial de R\$ 436.000, porém em Imperatriz foi de R\$ 1.598.870.000 (tabela 9 e apêndice A).

Em 2010, Barreiras do Piauí possuía 2.168,713 km², onde residiam 3.234 pessoas, e uma densidade demográfica de 1,59 habitante por quilômetro quadrado; município extenso, porém com reduzida população, e por isso de perfil rural. Em 2019, em termos de valor da produção das lavouras, as principais culturas eram feijão, milho e mandioca; na pecuária, os bovinos lideravam em número de cabeças (Sebrae, s.d.). Como anteriormente relatado, Rio da Conceição também é um município de perfil rural, diferentemente de Palmas e de Imperatriz.

A ampliação do VAB do setor de serviços tem sido uma constante na contemporaneidade, mesmo em territórios de perfil rural. Mas é importante diferenciar o crescimento dos serviços privados e dos serviços públicos, dado que, no caso destes últimos, geralmente ocorrem em municípios de reduzido valor adicionado por outros setores de atividade produtiva e de crescimento econômico, em que a população passa a depender do emprego e da renda gerada por prefeituras, estados ou via transferências de renda.

O VAB dos serviços privados do Matopiba cresceu ininterruptamente entre 2005 e 2017, saltando de R\$ 17.554.921.000 para R\$ 37.256.397.000; na média municipal, ocorreu o mesmo nível de crescimento, de R\$ 52.092.000 para R\$ 110.553.000. Durante todo o período considerado, o CV desse setor acima de 343% (superior ao CV do VAB agropecuário) denotou elevada heterogeneidade entre os municípios. Em 2005, houve grande discrepância entre o município que gerou o menor VAB de serviços privados, R\$ 1.569.000 (Chapada de Areia), e o que gerou o maior valor adicionado, R\$ 1.977.218.000 (Imperatriz); em 2017, a elevada diferença esteve entre Chapada de Areia (R\$ 2.819.000) e Palmas (R\$ 4.410.723.000) (tabela 9 e apêndice A). Conforme descrito, esse resultado se deve ao fato de Chapada de Areia ser um município de perfil rural, enquanto Palmas e Imperatriz são municípios de perfil urbano.

O VAB dos serviços públicos do Matopiba também experimentou sucessivos crescimentos entre 2005 e 2017, passando de R\$ 11.170.676.000 para R\$ 24.834.534.000, mais que o dobro; na média, isso também ocorreu, quando saltou de R\$ 33.147.000 para R\$ 73.693.000. O CV do VAB dos serviços públicos, entre 173% e 188,08%, comparado aos CVs dos demais setores, sugere que o valor adicionado por esse setor sofre as menores variações entre os municípios, tornando-os mais semelhantes quando considerado esse indicador. Mesmo assim, em 2005 havia diferença significativa entre Chapada de Areia (R\$ 4.943.000) e Palmas (R\$ 735.448.000); e, em 2017, a grande diferença ocorria entre Oliveira de Fátima, no Tocantins (R\$ 9.975.000), e Palmas (R\$ 1.839.176.000) (tabela 9 e apêndice A).

Em 2010, Oliveira de Fátima possuía apenas 209,292 km², onde residiam 1.037 pessoas, e uma densidade demográfica de 5,04 habitantes por quilômetro quadrado; município de perfil rural por registrar reduzida área territorial e população. Na agricultura destacam-se as culturas de mandioca, cana-de-açúcar e abacaxi; na pecuária destaca-se a criação de bovinos, aves e suínos. O município está localizado às margens da rodovia BR-153, que liga o sul ao norte do Brasil (Secom, 2013).

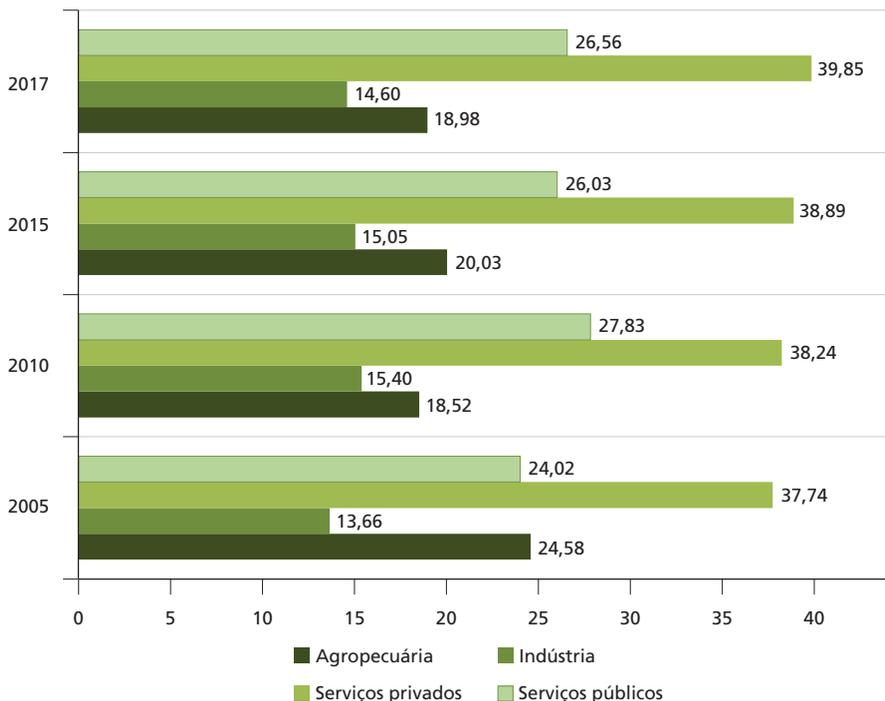
Entre 2005 e 2017 houve modificações na participação do VAB de cada setor de atividade econômica do Matopiba. A participação do VAB do setor agropecuário, que era de 24,58% no início do período, chegou a 18,98% no final. O VAB do setor industrial iniciou sua participação em 13,66%, alcançou por volta de 15%, ficando em 14,6% em 2017. O VAB dos serviços privados iniciou em 37,74%, foi crescendo e chegou a 39,85%. O VAB dos serviços públicos que tinha 24,02% de participação, em 2005, aumentou para 27,83% em 2010, ficando por volta de 26% nos anos posteriores (gráfico 1). Portanto, a participação do VAB do setor de serviços, principalmente dos serviços privados, sobressaiu-se em todos os anos posteriores à institucionalização do território.

Cabe destacar que algumas pesquisas realizadas atestam que, na contemporaneidade, territórios de perfil rural vêm registrando reduzida participação do VAB agropecuário. A título de exemplo, o trabalho realizado por Cerqueira, Jesus e Pinheiro (2021) identificou no Território Litoral Sul (TLS) da Bahia, classificado pelo governo federal como um território rural, a participação do VAB agropecuário sempre abaixo de 10% no período entre 1999 e 2018. Entretanto, é preciso relativizar o caso do Matopiba, cuja participação do PIB agropecuário está muito acima da média brasileira, que oscila entre 5% e 6% no período.

GRÁFICO 1

Participação do VAB de agropecuária, indústria e serviços (privados e públicos) no VAB total do Matopiba (2005, 2010, 2015 e 2017)

(Em %)



Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em: 1ª jul. 2021.

Elaboração dos autores.

Da mesma forma, é preciso ressaltar que, entre 2005 e 2017, quando se considera a participação do VAB agropecuário, não houve homogeneidade entre os municípios do Matopiba. O CV de participação do VAB agropecuário entre 54,69% e 66,66% indicou heterogeneidade; por isso, por exemplo, em 2017, Imperatriz registrou apenas 0,57% de participação do VAB desse setor, enquanto a grande maioria dos municípios registrou maiores participações, como os 74,85% em Tasso Fragoso (apêndice B).

Um território, porém, não deve ser definido e não depende apenas da sua capacidade produtiva, em termos de PIB e VAB, visto que as características geográficas e demográficas dos municípios que o compõem também influenciam a sua delimitação e a possibilidade de alcançar ou não o desenvolvimento, para além do crescimento econômico. Nesse sentido, quanto menor o número de municípios e/ou a área total de um território, maior a possibilidade de coesão territorial. Assim, no caso de um território rural, a participação da população rural, a

população média e a densidade demográfica definem se um território pode ou não ser classificado como rural (Cerqueira, 2015).

Em relação à delimitação de um território, uma microrregião geográfica é considerada rural quando possui densidade demográfica de até 80 habitantes por quilômetro quadrado e população média de até 50 mil habitantes por município componente (Silva, 2012; Correa, 2010; Ortega, 2008). Segundo Jesus (2013), a demarcação de pequenos territórios na Espanha¹¹ se dá a partir do número de habitantes, do número de municípios e do tamanho máximo da área, com o objetivo de promover a coesão histórica, cultural, social e econômica de áreas próximas e homogêneas, que possuem necessidades e expectativas comuns.

Sendo assim, para verificar se o Matopiba é ou não um território de perfil rural, e se alcançou ou não desenvolvimento, serão avaliados seus indicadores geográficos, demográficos e o IFDM. Também é importante verificar as estatísticas descritivas desses indicadores, a fim de identificar se o território é homogêneo ou se existem disparidades entre os seus municípios, haja vista que os indicadores já analisados (PIB e VAB) demonstraram forte heterogeneidade.

O Matopiba conglomerava 337 municípios de quatro estados distintos, que somam 731.749 km², onde residiam 5.103.057 pessoas em 2000; em 2017, eram 6.373.604 habitantes. O território pode ser denominado rural, dado que a população média sempre esteve abaixo de 50 mil residentes, a saber: entre 15.143 pessoas, em 2000, e 18.913 pessoas, em 2017. Da mesma forma, a densidade demográfica, entre 6,97 habitantes por quilômetro quadrado (2000) e 8,71 habitantes por quilômetro quadrado (2017), permite classificá-lo como um território rural (tabela 10).

Todavia, conforme indicado pelo CV acima de 137%, em todo o período existiu discrepância de densidade demográfica entre os municípios do Matopiba. Em 2017, por exemplo, havia grande diferença entre a densidade demográfica de Mateiros (Tocantins) – 0,27 habitante por quilômetro quadrado (então denominado um município de perfil rural) – e de Imperatriz – 185,95 habitantes por quilômetro quadrado (assim classificado como um município de perfil urbano) (apêndice C). Por isso, apesar da existência de alguns núcleos com densidade demográfica mais elevada, a característica geral é o vazio demográfico em função da área muito extensa e pouco populosa, o que pode comprometer a coesão territorial.

Em 2010, Mateiros, com 9.589,273 km², 2.223 habitantes e 0,23 habitante por quilômetro quadrado, era um município de perfil rural. Seu nome foi atribuído pela existência de muitos veados mateiros; além disso, é conhecido pela

11. Tomando como exemplo dois territórios rurais pioneiros espanhóis, Jesus (2013) descreve que o território Médio Guadalquivir agrupa treze municípios com área total de 1.161,2 km², cuja população total é de 97.112 habitantes; os territórios Guadajoz e Campiña agrupam somente cinco municípios, em 727,5 km² e população total de 39.661 habitantes.

produção do artesanato do capim dourado, especialmente na comunidade quilombola Mumbuca. Imperatriz, ao contrário, tinha perfil urbano, como já discutido nesta seção.

O percentual da população rural em 2000 (39,24%) e em 2010 (34,68%) é menor que o da população urbana, tanto em 2000 (60,76%) como em 2010 (65,32%) – uma realidade atual do novo rural¹² (tabela 10). Mas, cabe salientar que, em todos os anos, os municípios divergiram em relação ao percentual da população rural; mesmo com os menores CVs, em torno de 40%, o indicador revela heterogeneidade, pois, por exemplo, em 2010, Gurupi (Tocantins) registrou somente 2,29% de população rural, enquanto em Santana do Maranhão (Maranhão) a grande maioria (84,2%) das pessoas residia no campo (apêndice C).

TABELA 10
Indicadores demográficos do Matopiba (2000, 2010, 2015 e 2017)

Indicadores	2000	2010	2015	2017
População total (pessoas)	5.103.057	5.902.140	6.278.808	6.373.604
População urbana (pessoas)	3.100.754	3.854.985	-	-
População urbana (%)	60,76	65,32	-	-
População rural (pessoas)	2.002.303	2.047.155	-	-
População rural (%)	39,24	34,68	-	-
População média (pessoas)	15.143	17.514	18.631	18.913
Densidade demográfica (habitante por quilômetro quadrado)	6,97	8,07	8,58	8,71

Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1552>> e <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>>. Acesso em: 1º jul. 2021.

Em 2010, Gurupi apresentava características de município com perfil rural, porque, mesmo com seus 1.844,164 km² e 76.755 habitantes, possuía densidade demográfica de 41,8 habitantes por quilômetro quadrado. O topônimo Gurupi significa “diamante puro” por causa das descobertas de cristais em 1932, atraindo colonos e aventureiros, os quais também cultivavam lavouras e passaram a criar gado. Todavia, foi a implantação da BR-153 (Belém-Brasília), em 1957, que permitiu seu crescimento. Hoje, é um polo da região sul do Tocantins, cujas principais fontes de renda são pecuária, agricultura e turismo, mesmo com reduzida participação da população que reside no campo – uma realidade do novo rural. Por sua vez, como anteriormente descrito, Santana do Maranhão era um

12. A terminologia “rural” abre abundante número de definições possíveis, porém há alguns pontos em comum entre elas: “a) rural não é sinônimo de agrícola nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e urbanos. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes” (Kageyama, 2004, p. 382).

município de perfil rural em que a grande maioria da população permanecia residindo no campo (Brasil, 2011).¹³

Por fim, outra questão merece atenção: após a institucionalização, o Matopiba tem ampliado o nível de desenvolvimento? Essa questão pode ser respondida ao utilizar o IFDM, que é estimado pelo Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), uma organização privada e sem fins lucrativos que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Brasil a partir de estatísticas públicas nas áreas de emprego e renda, educação e saúde. O IFDM varia entre 0 e 1 ponto, classificando o nível de desenvolvimento da seguinte forma: baixo (de 0,0 a 0,4); regular (de 0,4 a 0,6); moderado (de 0,6 a 0,8); e alto (de 0,8 a 1,0).¹⁴

No território Matopiba, o IFDM-geral dos municípios experimentou progressos ao comparar 2005, 2010 e 2016. Em 2005, o percentual de municípios em cada nível do IFDM-geral esteve concentrado em baixo (33,53%) e regular (51,63%), restando 9,20% na categoria de moderado e nenhum município em alto desenvolvimento. Essa distribuição sofreu modificações em 2010, quando contingentes significativos de municípios foram classificados nas categorias regular (70,92%) e moderada (21,66%); nos extremos encontravam-se os municípios em situação de baixo e de alto desenvolvimento, 3,56% e 0,30%, respectivamente. Por fim, em 2016, apesar de 6,53% dos municípios não terem sido classificados, os demais continuaram registrando avanços, visto que 52,23% foram considerados de desenvolvimento regular e 40,36% de moderado; houve redução daqueles da categoria de baixo desenvolvimento (0,59%), embora tenha sido mantido um único município na categoria de alto desenvolvimento (0,30%) (gráfico 2).

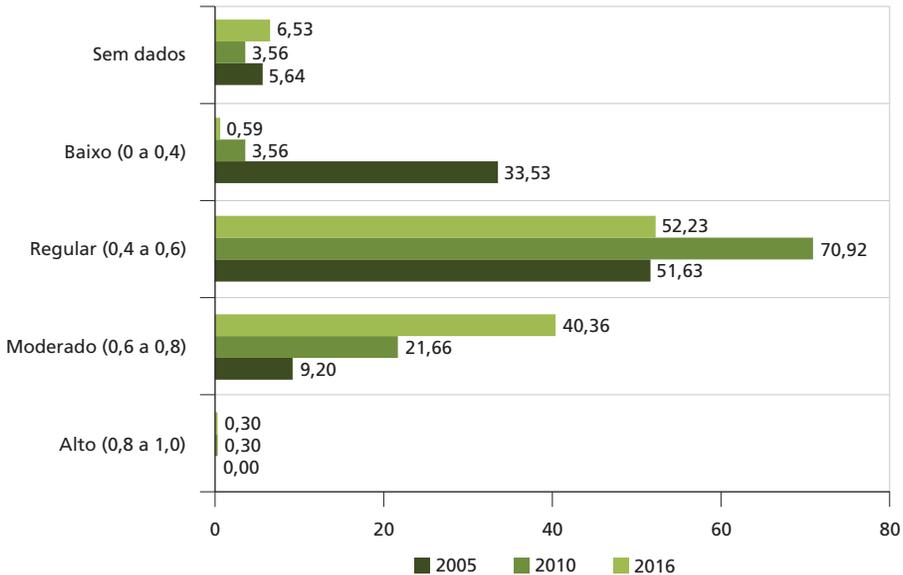
13. Ver, também, IBGE, disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1552>>.

14. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-ndice/>>.

GRÁFICO 2

Municípios do Matopiba segundo o nível do IFDM-geral (2005, 2010 e 2016)

(Em %)

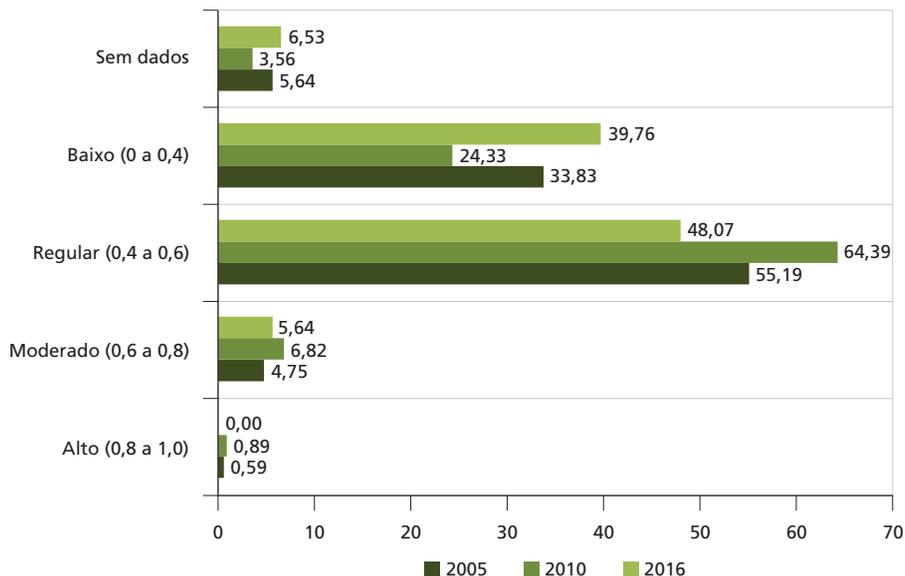


Fonte: Firjan, 2021.
Elaboração dos autores.

É possível observar que o avanço não se deu de forma homogênea nos subindicadores do IFDM do Matopiba. Em 2005, no subindicador IFDM-emprego e renda do total de municípios, grande parte se encontrava em condição de desenvolvimento baixo (33,83%) e regular (55,19%); poucos em situação de moderado (4,75%) e alto (0,59%). Em 2010, reduziu-se o percentual de municípios avaliados como de baixo (24,33%) desenvolvimento, aumentando aqueles classificados como de regular (64,39%), moderado (6,82%) e alto (0,89%) desenvolvimento, embora nas duas últimas categorias os percentuais ainda fossem pequenos (gráfico 3).

Por conta da regressão dos níveis do IFDM-emprego e renda do Matopiba, 2016 merece evidência. Nesse ano, houve aumento no percentual de municípios em condição de baixo desenvolvimento (39,76%) e redução no percentual daqueles em situação de regular (48,07%) e moderado (5,64%) desenvolvimento; nenhum município alcançou o alto desenvolvimento (gráfico 3).

GRÁFICO 3
Municípios do Matopiba segundo o nível do IFDM-emprego e renda (2005, 2010 e 2016) (Em %)



Fonte: Firjan, 2021.
Elaboração dos autores.

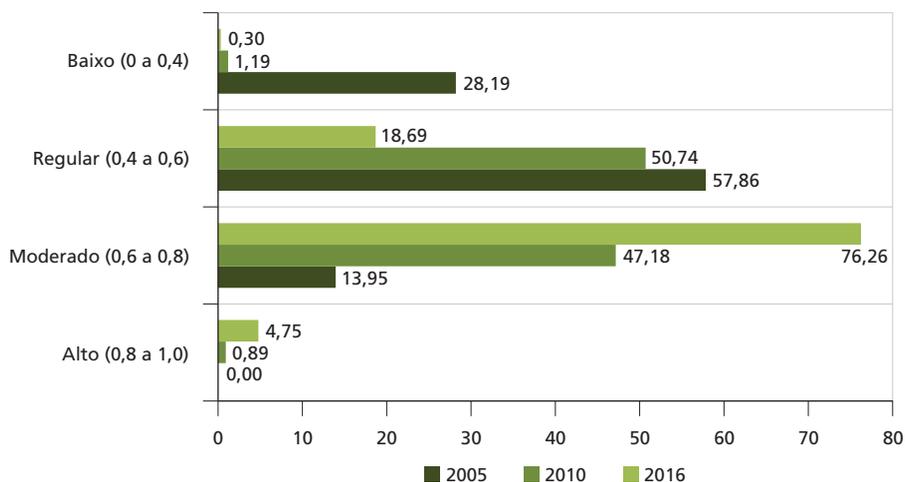
Por certo, em um território conhecido como a “última fronteira agrícola” do Brasil, de grande crescimento da produção e exportação de *commodities*, esperava-se o contínuo avanço pelo menos do IFDM-emprego e renda, uma vez que a trajetória de crescimento do PIB do Matopiba entre 2005 e 2017 se manteve em expansão, o que pode ser ratificado pelo aumento da participação do PIB do Matopiba no PIB nacional, de 1,20% para 1,45% no período. Assim, esperava-se contínuo avanço do IFDM-emprego e renda não pela capacidade de absorção de mão de obra da produção do setor primário, repleto de máquinas e equipamentos poupadores de trabalhadores braçais nos estabelecimentos agropecuários, mas pelo efeito multiplicador daquelas atividades primárias, que deveriam estar ampliando a capacidade de geração de emprego e renda nos demais setores, tais como os serviços.

Ao contrário do IFDM-emprego e renda, o IFDM-educação experimentou maiores avanços nos municípios do Matopiba no período pesquisado. Em 2005, o percentual de municípios do território em cada nível do IFDM-educação se comportou da seguinte forma: 28,19% no baixo, 57,86% no regular, 13,95% no moderado e nenhum município em nível alto. Em 2010, ampliou-se o nível educacional, uma vez que houve grande redução do percentual de municípios

com baixo desenvolvimento (1,19%), importante queda do percentual daqueles em condições regulares (50,74%), mas principalmente aumento dos municípios classificados no nível moderado (47,18%). Em 2016, destaca-se que apenas 18,69% dos municípios encontravam-se em posição de regular desenvolvimento educacional; a grande maioria (76,26%) foi qualificada com desenvolvimento moderado. Então, entre 2005 e 2016, a maioria dos municípios passou de baixo e regular para uma configuração moderada de desenvolvimento educacional (gráfico 4).

GRÁFICO 4

Municípios do Matopiba segundo o nível do IFDM-educação (2005, 2010 e 2016)
(Em %)

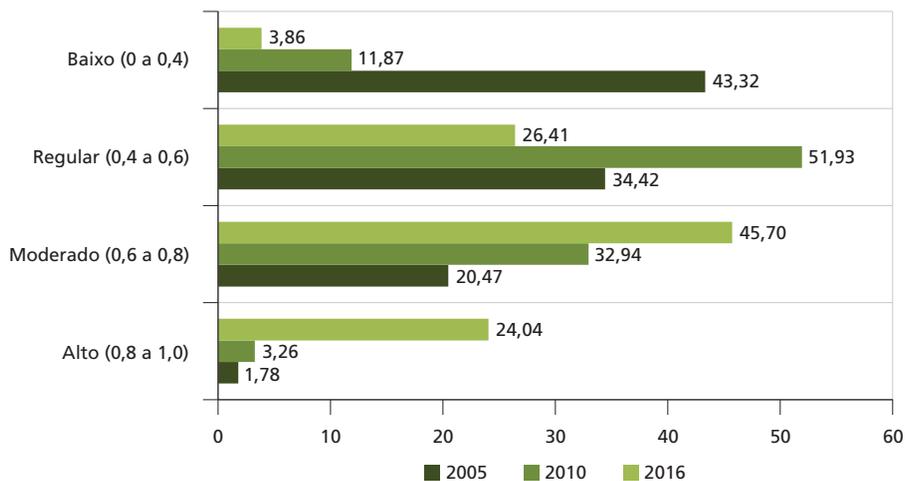


Fonte: Firjan, 2021.
Elaboração dos autores.

O subindicador IFDM-saúde do Matopiba experimentou os maiores avanços nos anos avaliados. Em 2005, o percentual de municípios em cada nível do IFDM-saúde se comportou da seguinte forma: 43,32% no baixo, 34,42% no regular, 20,47% no moderado e apenas 1,78% em nível alto. Em 2010, apenas 11,87% dos municípios possuíam baixo nível de desenvolvimento, 51,93% tornaram-se regulares, 32,94% em nível moderado e 3,26% no alto. Em 2016, registram-se mais avanços na saúde, pois diminuiu o percentual de municípios com desenvolvimento baixo (3,86%) e regular (26,41%). Do total de municípios, 45,7% estavam em moderadas condições salutaras e 24,04% alcançaram o topo, nível alto do IFDM-saúde (gráfico 5).

GRÁFICO 5

Municípios do Matopiba segundo o nível do IFDM-saúde (2005, 2010 e 2016)
(Em %)



Fonte: Firjan, 2021.
Elaboração dos autores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou avaliar as características produtivas das estruturas fundiárias, demográficas e socioeconômicas do território Matopiba, no período anterior e posterior à sua institucionalização ocorrida em 2015. Das condições produtivas do setor primário, as lavouras temporárias e a pecuária se destacaram, em termos do número e da área dos estabelecimentos, e do valor da produção, mas de forma heterogênea entre os diferentes tipos de produtores.

Conforme foi explanado ao longo do capítulo, houve no Matopiba expansão das atividades ligadas à agropecuária comercial, que impactou boa parte dos municípios do território. Tal impacto ampliou a heterogeneidade socioeconômica que existia, seja entre os produtores da agricultura familiar e não familiar, seja entre os municípios que receberam investimentos do agronegócio e aqueles que não receberam, e mesmo entre a população local.

No Matopiba foi corroborada a proeminência das culturas de soja, milho, algodão e da criação de animais de grande porte nas propriedades não familiares. No entanto, maior diversificação produtiva foi identificada nas propriedades familiares, que cultivavam arroz, milho, mandioca, feijão (fradinho, de cor e verde), cana-de-açúcar, melancia, abóbora e abacaxi; cabe destacar a expansão da produção de soja e da criação de bovinos. Na análise da produção agropecuária, a agricultura não familiar concentrou-se em culturas agroexportáveis. Como consequência,

ampliou-se a concentração do valor da produção dos estabelecimentos agropecuários na categoria não familiar, que, em 2017, atingiu 88,17% do total.

Considerando a estrutura fundiária, houve redução do número total de estabelecimentos agropecuários no Matopiba, que passou de 280.187 (em 2006) para 275.381 (em 2017). Nesse período, aumentou o número absoluto e o percentual das propriedades não familiares e houve redução das familiares, mantendo-se a desigualdade entre elas. Em 2017, os estabelecimentos não familiares eram apenas 19,97%, mas ocupavam 73,31% da área total (e registravam área média de 525,74 ha); os estabelecimentos familiares eram 80,03%, contudo ocupavam somente 26,69% da área total (em uma área média de 32,47 ha).

Entre 2005 e 2017, PIB, PIB *per capita*, VAB agropecuário e industrial, e principalmente o VAB do setor de serviços (privados e públicos) do Matopiba foram significativamente ampliados; no caso do setor terciário foi mais que duplicado. Considerando todos esses indicadores, o CV apontou elevada heterogeneidade no território em que os municípios de Palmas, Imperatriz, São Desidério e Tasso Fragoso encontravam-se com as melhores condições econômicas; por sua vez, Chapada de Areia, São Félix do Tocantins, Santana do Maranhão, Rio da Conceição, Barreiras do Piauí e Oliveira de Fátima apresentaram resultados econômicos preocupantes.

Embora o setor de serviços (públicos e principalmente privados) tenha sobressaído na geração de valor adicionado do Matopiba (63,87% em 2017), torna-se importante ressaltar que a geração de valor adicionado por parte do setor agropecuário foi significativa (18,98% em 2017). Como uma tendência da atualidade, nos territórios rurais contemporâneos, em virtude da dependência entre os setores de atividade econômica, há forte efeito multiplicador do setor primário alcançando os setores industrial e de serviços. Por isso, existem muitos territórios brasileiros, inclusive com perfil rural, com participação do VAB agropecuário muito inferior à registrada para o Matopiba. Assim, é possível afirmar que o VAB agropecuário do Matopiba é elevado nos anos 2000; ou seja, nesse território, a agricultura e a pecuária ainda vêm gerando expressivo valor adicional nos anos mais recentes.

Outras duas questões, todavia, requerem respostas. Pelas características demográficas, o Matopiba é um território rural? As características produtivas, da estrutura fundiária e da economia do Matopiba se traduziram em melhores condições de desenvolvimento com o passar dos anos?

A análise dos dados permite concluir que o Matopiba possui 731.749 km², um território muito extenso e com elevada população, atributos que podem comprometer a identidade e a coesão territorial, além da capacidade de identificação de problemas e soluções comuns que tragam o desenvolvimento (e a redução de desigualdades). Ao mesmo tempo, as características de extensão, população média

e a densidade demográfica permitiram classificá-lo como um território de perfil rural. Considerando as mais recentes e difundidas definições de rural e ruralidade, que não se restringem ao perfil da população, o percentual da população rural do Matopiba, em torno de um terço do total, não é considerado impedimento para denominá-lo como rural. Por certo, o perfil produtivo, da estrutura fundiária e dos indicadores do valor adicionado da agropecuária legitima a classificação.

Essa dinâmica marcada pela heterogeneidade acabou por refletir no desenvolvimento do Matopiba, marcado por melhorias no IFDM-geral. É possível inferir que, apesar da expansão da atividade agropecuária no território, o dinamismo em termos de desenvolvimento não depende exclusivamente da produção agropecuária. De um lado, o menor dinamismo registrado no IFDM-emprego e renda indica que, apesar da expansão agropecuária no período analisado, tal crescimento não tem impactado de forma significativa o território. Uma vez que o modelo em expansão do agronegócio local é centrado em um estilo modernizante, concentrador de renda e fortemente mecanizado, por isso pouco impacto houve no emprego e renda. De outro lado, os melhores resultados foram registrados nos subindicadores IFDM-educação e principalmente saúde, com destaque na categoria de moderado, que se deu em grande medida pela expansão dos serviços ofertados pelo setor público no período analisado.

Por tudo isso, é preciso repensar esse modelo de expansão do agronegócio para que ele possa promover melhor desenvolvimento rural. No período pesquisado, a agricultura familiar perdeu participação no valor da produção agropecuária, o que exige do Estado uma resposta de apoio a esse segmento, por meio da ampliação do crédito e extensão rural, por exemplo. As políticas públicas existentes de apoio à agricultura familiar não foram suficientes para permitir que os agricultores acompanhassem o desempenho experimentado pelos produtores não familiares. Programas como o Crediamigo ou Microcrédito, maior incentivo a cooperativas, entre outras ações também poderiam contribuir para o melhor desempenho da agricultura familiar do Matopiba.

Por certo, a ausência de informações primárias e a utilização apenas de dados secundários neste estudo, referentes a poucos anos posteriores à institucionalização do Matopiba, limitaram as análises e as discussões realizadas aqui. Somente a aplicação da estatística-descritiva aos dados secundários, embora traga importante contribuição, também reduz a capacidade explicativa da pesquisa. Por isso, sugere-se que outros trabalhos sejam desenvolvidos considerando maior amplitude em relação ao período, informações e dados, além dos métodos empregados.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Relatório Diagnóstico do Município de Santana do Maranhão**. Teresina: CPRM, dez. 2011. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/15595/rel-santana_ma.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 set. 2021.
- CERQUEIRA, C. A. de. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial rural**: uma análise da delimitação dos territórios rurais do estado da Bahia, segundo a tipologia municipal. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- CERQUEIRA, C. A. de; JESUS, C. M.; PINHEIRO, I. F. Os programas públicos de crédito para o rural e o desempenho do setor primário do Território Litoral Sul (Bahia/Brasil) nos governos instituídos entre 1999 e 2018. **Geosul**, Florianópolis, v. 36, n. 78, p. 254-279, 2021.
- CORRÊA, V. P. Territórios da cidadania da região Nordeste: uma análise preliminar do perfil dos municípios componentes. In: ALMEIDA FILHO, N.; RAMOS, P. (Org.). **Segurança alimentar, produção agrícola e desenvolvimento territorial**. Campinas: Alínea, 2010. p. 133-167.
- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FÁVERO, L. P. *et al.* **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2018.
- GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente: Unesp; Nera, 2008.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**: segunda apuração. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- _____. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- JESUS, C. M. de. **Desenvolvimento territorial rural**: análise comparada entre os territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Reforma Agrária**, v. 23, n. 3, p. 5-16, 2004.

MALAGODI, E. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e camponesa? *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 40-62.

MIRANDA, E. (Coord.). **Matopiba: caracterização, agendas e agência**. Campinas: Embrapa, 2015. 142 p.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Alínea, 2008.

SAUER, S.; LEITE, A. Z. Medida Provisória nº 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 14-40, 2017.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Perfil municipal de Barreiras do Piauí**. Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial. [s.l.]: DataSebrae, [s.d.]. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/municipios/pi/Barreiras%20do%20Piau%C3%AD.pdf>>.

SECOM – SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS. **Perfil socioeconômico dos municípios do Tocantins**. Palmas: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2013. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/227340/>>.

SILVA, F. P. M. da. **Desenvolvimento territorial: a experiência do território do sisal na Bahia**. 2012. Tese (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

APÊNDICE A

TABELA A.1

Estatísticas descritivas do produto interno bruto (PIB), PIB *per capita* e valor adicionado bruto (VAB) do Matopiba (2005, 2010, 2015 e 2017)

Indicadores econômicos	Estatísticas descritivas	2005	2010	2015	2017
PIB (R\$ 1 mil)	Média	150.420	214.139	288.949	303.770
	Mínimo	10.871	15.604	16.423	18.482
	Máximo	3.338.841	6.311.857	8.091.076	8.503.493
	CV	258,1	258,5	261,8	256,3
PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)	Média	8.648	11.322	14.270	15.128
	Mínimo	2.462	3.526	4.163	4.338
	Máximo	122.615	81.127	95.565	116.415
	CV	105,370	79,039	88,088	91,573
VAB total (R\$ 1 mil)	Média	138.024	196.759	266.009	277.407
	Mínimo	10.479	15.014	16.032	18.045
	Máximo	2.867.752	5.478.971	7.109.555	7.399.721
	CV	250,0546	248,6249	253,9579	247,486
VAB agropecuário (R\$ 1 mil)	Média	33.926	36.447	53.287	52.657
	Mínimo	436	1.295	671	559
	Máximo	1.747.961	944.397	1.940.081	1.502.251
	CV	342,71	225,29	284,57	254,81
VAB industrial (R\$ 1 mil)	Média	18.859	30.308	40.043	40.504
	Mínimo	167	552	481	436
	Máximo	635.618	1.310.988	2.044.124	1.598.870
	CV	361,594	355,9161	398,4716	382,3866
VAB serviços privados (R\$ 1 mil)	Média	52.092	75.244	103.444	110.553
	Mínimo	1.569	1.908	2.167	2.819
	Máximo	1.977.218	2.864.358	4.105.843	4.410.723
	CV	349,6494	358,3219	345,5569	343,12367
VAB serviços públicos (R\$ 1 mil)	Média	33.147	54.760	69.235	73.693
	Mínimo	4.943	8.176	10.109	9.975
	Máximo	735.448	1.273.501	1.734.616	1.839.176
	CV	173,9496	180,9314	186,5314	188,0803

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Valores corrigidos para 2017.

2. CV – coeficiente de variação.

APÊNDICE B

TABELA B.1

Estatísticas descritivas da participação do valor adicionado bruto (VAB) por setor de atividade do Matopiba (2005, 2010, 2015 e 2017)

	Estatísticas	2005	2010	2015	2017
Participação do VAB agropecuário	Média	27,99	24,92	24,43	23,59
	Mínimo	0,70	0,55	0,76	0,57
	Máximo	80,02	69,40	70,75	74,85
	CV	54,69	55,54	62,36	66,66
Participação do VAB industrial	Média	7,58	8,49	7,72	7,28
	Mínimo	1,09	2,23	1,85	1,78
	Máximo	65,21	79,31	77,60	88,97
	CV	114,85	120,21	123,18	128,70
Participação do VAB serviços privados	Média	24,74	24,20	25,72	27,03
	Mínimo	10,33	4,59	6,02	4,39
	Máximo	70,01	68,70	81,04	86,09
	CV	45,26	44,34	47,34	43,79
Participação do VAB serviços públicos	Média	39,69	42,39	42,12	42,10
	Mínimo	2,07	4,09	4,24	3,90
	Máximo	75,83	73,65	76,81	76,63
	CV	36,20	34,16	37,25	37,45

Elaboração dos autores.

Obs.: CV – coeficiente de variação.

APÊNDICE C

TABELA C.1
Estatísticas descritivas dos indicadores demográficos do Matopiba (2000, 2010, 2015 e 2017)

Indicadores demográficos	Estatísticas descritivas	2000	2010	2015	2017
População total (pessoas)	Média	15.143	17.514	18.631	18.913
	Mínimo	0	1.037	1.098	1.110
	Máximo	230.566	247.505	272.726	286.787
	CV	153,710	158,999	162,669	164,159
População urbana (pessoas)	Média	9.201	11.439	-	-
	Mínimo	0	450	-	-
	Máximo	218.673	234.547	-	-
	CV	217,699	214,396	-	-
Participação população urbana (%)	Média	52,411	57,965	-	-
	Mínimo	8,430	15,796	-	-
	Máximo	97,690	97,714	-	-
	CV	36,886	31,753	-	-
População rural (pessoas)	Média	5.942	6.075	-	-
	Mínimo	0	140	-	-
	Máximo	36.271	36.993	-	-
	CV	103,875	107,890	-	-
Participação população rural (%)	Média	47,589	42,035	-	-
	Mínimo	2,310	2,286	-	-
	Máximo	91,570	84,204	-	-
	CV	40,624	43,787	-	-
Densidade demográfica (habitante por quilômetro quadrado)	Média	11,84	13,43	14,20	14,39
	Mínimo	0,00	0,23	0,26	0,27
	Máximo	168,42	180,79	184,90	185,95
	CV	140,75	138,16	137,67	138,04

Elaboração dos autores.

Obs.: CV – coeficiente de variação.